

**SUSANA AIRES DE SOUSA**

Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

# **A RESPONSABILIDADE CRIMINAL PELO PRODUTO E O *TOPOS* CAUSAL EM DIREITO PENAL**

**CONTRIBUTO PARA UMA PROTECÇÃO PENAL  
DE INTERESSES DO CONSUMIDOR**



**Coimbra Editora**

*Título*

A RESPONSABILIDADE CRIMINAL PELO PRODUTO E O *TOPOS* CAUSAL  
EM DIREITO PENAL

1.<sup>a</sup> Edição, Junho 2014

*Autor*

SUSANA AIRES DE SOUSA

*Editor*



**Coimbra Editora**

Coimbra Editora, S.A.  
Ladeira da Paula, 10  
3040-574 Coimbra  
Telef. (+351) 239 852 650  
Fax (+351) 239 852 651  
[www.coimbraeditora.pt](http://www.coimbraeditora.pt)  
[editorial@coimbraeditora.pt](mailto:editorial@coimbraeditora.pt)

*Execução gráfica*

Coimbra Editora, S.A.  
Ladeira da Paula, 10  
3040-574 Coimbra

**ISBN 978-972-32-2243-2**

Depósito Legal n.º 377 629/14

***Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação***

SOUSA, Susana Maria Aires de, 1936-

A responsabilidade criminal pelo produto e  
o topos causal em direito penal : contributo  
para a protecção penal de interesses do  
consumidor

ISBN 978-972-32-2243-2

CDU 343

	Págs.
PALAVRAS DE APRESENTAÇÃO PROFERIDAS NAS PROVAS PÚBLICAS DE DOUTORAMENTO, A 19 DE DEZEMBRO DE 2013.....	9
ABREVIATURAS .....	15
§ 1. Objecto de estudo e método de investigação.....	17
1. Considerações introdutórias .....	17
2. Os casos paradigmáticos .....	20
2.1. O Caso <i>Contergan</i> .....	20
2.2. O Caso <i>Lederspray</i> .....	23
2.3. O caso <i>Holzschutzmittel</i> .....	25
2.4. O Caso do Óleo de Colza .....	31
2.5. Outros casos .....	36
3. Estrutura, objecto de estudo e método de investigação .....	42

## PARTE I

### O PROBLEMA: A RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO

#### CAPÍTULO I

#### O CONTEXTO: DA PREVENÇÃO À PRECAUÇÃO

§ 2. Da responsabilidade pelo risco à ética da responsabilidade.....	51
§ 3. O princípio da precaução .....	64
1. Noção, origem e fundamento.....	64
2. A consagração formal do princípio da precaução.....	68
3. Princípio da precaução e direito penal.....	80
Referência conclusiva .....	97

## CAPÍTULO II

**APROXIMAÇÃO AO PROBLEMA:  
A RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO**

	Págs.
§ 4. Aproximação conceitual.....	99
1. Produto .....	102
2. Responsabilidade pelo <i>tipo</i> e pelo <i>modo</i> de produção .....	106
3. Tipologia de defeitos .....	109
§ 5. Elementos de uma responsabilidade civil do produtor .....	113
1. O contexto histórico e a <i>strict liability</i> .....	113
2. As insuficiências do regime comum de responsabilidade civil.....	115
3. Linhas principais da responsabilidade objectiva do produtor.....	121
4. A responsabilidade objectiva do produtor na Lei de Defesa do Consumidor.....	133
5. A responsabilidade directa do produtor no âmbito do Decreto-Lei n.º 67/2003.....	135
6. A obrigação geral de segurança dos produtos e o Decreto-Lei n.º 69/2005.....	140
Referência conclusiva .....	142

## CAPÍTULO III

**A RESPONSABILIDADE CRIMINAL PELO PRODUTO**

§ 6. Noção e contextualização histórica .....	145
1. Noção.....	145
2. Contextualização histórica .....	153
2.1. A tolerância social.....	153
2.2. O desequilíbrio na relação produtor-consumidor .....	155
2.3. A massificação do risco na “segunda modernidade” .....	157
2.4. A responsabilidade pelo produto e a moderna evolução do direito penal.....	159
2.4.1. Perspectiva favorável à responsabilidade criminal .....	160
2.4.2. Perspectiva crítica à responsabilidade criminal .....	164
2.4.3. Algumas considerações .....	168

	Págs.
§ 7. Transversalidade sistemática e dogmática.....	170
1. Os bens jurídico-penais .....	171
1.1. A tutela de bens individuais: a saúde e a vida.....	171
1.2. Os crimes de perigo: a experiência alemã .....	172
1.3. A tutela da saúde pública: a experiência espanhola.....	182
1.4. A tutela da saúde pública: a experiência italiana .....	192
1.5. Excurso: responsabilidade pelo produto como tutela da saúde pública?.....	199
2. A autoria e a pluralidade de agentes na estrutura empresarial.....	209
3. A posição de garantia do produtor .....	220
4. A determinação do dever de cuidado penalmente relevante .....	234
5. A causalidade.....	241
5.1. Horizonte problemático.....	241
5.2. O conceito de causalidade e a jurisprudência sobre responsabilidade criminal pelo produto.....	248
Referência conclusiva: materialização do problema .....	272

## PARTE II

### O CRITÉRIO: CAUSALIDADE E IMPUTAÇÃO DE RESULTADOS

#### CAPÍTULO I

#### A CAUSALIDADE E O DISCURSO CIENTÍFICO E EPISTEMOLÓGICO

§ 8. O problema causal: entre o determinismo e a incerteza .....	279
1. Introdução e nota explicativa.....	279
2. A causalidade como categoria compreensiva.....	280
2.1. A “concepção personalista” da natureza na sociedade primitiva ....	282
2.2. A “mudança causal” .....	284
2.3. A regularidade enquanto fundamento da causalidade moderna ....	287
2.4. O paradigma positivista e o determinismo causal .....	293
2.5. A crise “causal” no pensamento científico do século XX.....	298

	Págs.
3. A causalidade como categoria epistémica.....	305
3.1. O modelo dedutivo-nomológico.....	306
3.2. O modelo da relevância estatística.....	311
3.3. O modelo da relevância do contexto .....	312
4. A causalidade como categoria atributiva: a incerteza causal e o direito penal.....	315
Referência conclusiva .....	321

## CAPÍTULO II

## A CAUSALIDADE E O DISCURSO JURÍDICO-PENAL

§ 9. Conduta e evento .....	325
§ 10. O juízo de imputação: entre um modelo causalista e um modelo normativo..	337
1. A teoria das condições causais .....	337
1.1. A teoria da equivalência das condições .....	337
1.2. A fórmula da <i>condicio sine qua non</i> .....	342
1.3. Excurso: a concepção causalista de delito.....	347
1.3.1. Franz v. Liszt.....	350
1.3.2. Ernst Beling .....	354
1.4. A crítica à teoria das condições .....	358
2. Teorias individualizadoras.....	367
3. A teoria do resultado na sua configuração concreta e as correcções à teoria da <i>condicio</i> .....	371
4. A teoria da condição conforme às leis da natureza .....	379
5. A teoria da adequação ou da causalidade adequada .....	383
5.1. As origens .....	383
5.2. A determinação da base ontológica do juízo de adequação.....	394
5.3. O conhecimento nomológico e as regras da experiência .....	397
5.4. A crítica à causalidade adequada.....	398
6. A teoria da relevância jurídica de Mezger .....	402
7. A imputação normativa .....	406
7.1. Antecedentes: a crítica ao dogma causal .....	409
7.2. A moderna teoria da imputação objectiva.....	423
7.2.1. Claus Roxin e a teoria do incremento do risco .....	425
7.2.2. Wolfgang Frisch e o conceito de conduta típica.....	437
7.2.3. Günther Jakobs e a imputação do comportamento.....	441

8. O retorno à ideia de causalidade: o modelo da explicação causal em Ingeborg Puppe .....	446
§ 11. Causalidade e imputação no direito criminal português .....	452
1. O predomínio da teoria da causalidade adequada .....	452
2. Objecções e alternativas à teoria da causalidade adequada .....	467
§ 12. Posição adoptada .....	472
1. A causalidade como categoria jurídico-penal .....	472
2. O nexo causal e a sua necessária dimensão ontológica .....	476
2.1. Função e conteúdo da lei causal geral .....	482
3. Causalidade e imputação nos delitos de resultado ou materiais — proposta de um modelo .....	488
3.1. Síntese dos principais modelos .....	488
3.2. O modelo da imputação causal .....	491
a) A imputação como categoria normativa .....	491
b) O nexo de causalidade como elemento típico dos crimes de resultado .....	497
Referência conclusiva .....	500

### PARTE III

## A LEI PENAL: ENTRE VELHAS E NOVAS SOLUÇÕES

### CAPÍTULO I

## A TUTELA PENAL DOS INTERESSES DO CONSUMIDOR NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS

§ 13. Sobre os direitos do consumidor .....	505
1. O domínio do mercado e a afirmação dos direitos do consumidor .....	505
2. A consagração no plano constitucional e legal .....	513
§ 14. Sobre a protecção penal do consumo .....	518
1. Breve evolução histórica .....	521
1.1. Ao tempo das Ordenações .....	522
1.2. Os Códigos Penais de 1852 e 1886 .....	525

	Págs.
1.3. O Decreto-Lei n.º 41 204, de 24 de Julho de 1957.....	528
1.4. O Código Penal de 1982 (versão originária).....	532
1.5. O Decreto-Lei n.º 191/83, de 16 de Maio.....	541
2. Os crimes e os bens jurídicos protegidos: o Código Penal e o Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de Janeiro.....	542
2.1. A vida e a integridade física.....	544
2.1.1. <i>Homicídio e Ofensas à integridade física</i> .....	544
2.1.2. <i>Corrupção de substâncias alimentares ou medicinais</i> .....	546
2.2. A confiança na qualidade e autenticidade dos bens.....	557
2.2.1. <i>O crime contra a genuinidade e qualidade dos géneros alimentícios e aditivos alimentares</i> .....	558
2.2.2. <i>A Fraude sobre Mercadorias</i> .....	579
2.3. A saúde pública.....	582
2.3.1. <i>O Abate clandestino</i> .....	582
2.4. A tutela de interesses patrimoniais.....	585
2.4.1. <i>Burla e Usura</i> .....	585
2.4.2. A especificidade do crime de <i>Peso e medidas falsas</i> .....	587
2.4.3. O alcance limitado da tutela penal dos interesses patrimoniais.....	591
2.5. A tutela de interesses económicos?.....	592
Referência conclusiva.....	598

## CAPÍTULO II

## O JUÍZO DE IMPUTAÇÃO NO ÂMBITO DA PRODUÇÃO DE BENS E O RETORNO CRÍTICO À LEI PENAL: SOLUÇÕES

§ 15. <i>De iure constituto</i> : a insuficiência da resposta legal.....	601
1. Os crimes de <i>Homicídio e Ofensas à integridade física</i> .....	601
1.1. A aplicação do modelo jurídico-causal proposto.....	603
1.2. A insuficiência de um direito penal do resultado.....	615
2. O crime de <i>Corrupção de substâncias alimentares e medicinais</i> .....	616



	Págs.
§ 16. <i>De iure constituendo</i> : propostas de solução .....	621
1. A reforma em matéria do direito penal do consumo e o Anteprojecto do Código do Consumidor .....	622
2. A solução no âmbito do direito penal clássico: proposta de uma incriminação .....	637
3. Da necessária revisão do Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de Janeiro .....	646
Referência conclusiva .....	650
CONCLUSÕES FINAIS .....	653
BIBLIOGRAFIA.....	661
PRINCIPAIS DECISÕES JUDICIAIS NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE CRIMINAL PELO PRODUTO.....	691